



PROVA

A

CONCURSO PÚBLICO
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP

EDITAL SEJUSP Nº 002/2021

AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO / POLICIAL PENAL

Duração: 05h (cinco horas)

Leia atentamente as instruções abaixo:

01 Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este Caderno, com 60 (sessenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, e Prova de Redação, conforme distribuição abaixo:

LÍNGUA PORTUGUESA	RACIOCÍNIO LÓGICO	INFORMÁTICA BÁSICA	NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E PENAL	DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	LEGISLAÇÃO ESPECIAL	REDAÇÃO
01 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 30	31 a 40	41 a 60	

b) Um Cartão de Respostas destinado às respostas das questões objetivas, com a folha da Prova de Redação no verso.

- 02** Verifique se este material está em ordem e se o seu nome, número de inscrição e **letra da prova conferem com os que aparecem no Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.
- 03** Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do Cartão de Respostas, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.
- 04** No Cartão de Respostas, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra correspondente ao número da questão e preenchendo todo o espaço interno, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa.

Exemplo: A B C D

- 05** Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 04 (quatro) alternativas classificadas com as letras (A, B, C e D), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar uma alternativa. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
- 06** Somente depois de decorridas 02 (duas) horas do início da prova, o candidato poderá entregar seu Cartão de Respostas, seu Caderno de Questões e retirar-se da sala de prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o Termo de Ocorrência declarando sua desistência do Concurso, que será lavrado pelo Coordenador do Local.
- 07** Ao candidato, será permitido levar seu CADERNO DE QUESTÕES a partir de 30 (trinta) minutos para o término da prova e desde que permaneça em sala até esse momento.
- 08** Não será permitida a cópia de gabarito no local de prova. Ao terminar a prova de Conhecimentos, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal de sala, o seu CARTÃO DE RESPOSTAS e o seu CADERNO DE QUESTÕES, ressalvado o estabelecido no item 07.
- 09** Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu Cartão de Respostas. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões não serão levados em consideração.
- 10** Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão sentados até que todos concluem a prova ou que termine o seu tempo de duração, devendo assinar a ata de sala e retirar-se juntos.

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO I

A resistência (trecho)

Isto não é uma história. Isto é história.

Isto é história e, no entanto, quase tudo o que tenho ao meu dispor é a memória, noções fugazes de dias tão remotos, impressões anteriores à consciência e à linguagem, resquícios indigentes que eu insisto em malversar em palavras. Não se trata aqui de uma preocupação abstrata, embora de abstrações eu tanto me valha: procurei meu irmão no pouco que escrevi até o momento e não o encontrei em parte alguma. Alguma ideia talvez lhe seja justa, alguma descrição porventura o evoque, dissipei em parágrafos sinuosos uns poucos dados ditos verídicos, mais nada. Não se depreenda desta observação desnecessária, ao menos por enquanto, a minha ingenuidade: sei bem que nenhum livro jamais poderá contemplar ser humano nenhum, jamais constituirá em papel e tinta sua existência feita de sangue e de carne. Mas o que digo aqui é algo mais grave, não é um formalismo literário: falei do temor de perder meu irmão e sinto que o perco a cada frase.

Por um instante me confundo, esqueço que também as coisas precedem as palavras, que tratar de acessá-las implicará sempre novas falácias, e, como antes pelo texto, parto por este apartamento à procura de rastros do meu irmão, atrás de algo que me restitua sua realidade. Não estou em sua casa, a casa dos meus pais onde o imagino fechado no quarto, não posso bater à sua porta. Milhares de quilômetros nos separam, um país inteiro nos separa, mas tenho a meu favor o estranho hábito de nossa mãe de ir deixando, pelas casas da família, objetos que nos mantenham em contato. Neste apartamento de Buenos Aires ninguém mora. Desde a morte dos meus avós ele é só uma estância de passagem, encruzilhada de familiares distantes, distraídos, apressados, esquecidos da existência dos outros. Encontro um álbum de fotos cruzado na estante, largado no ângulo exato que o faça casual. Tenho que virar algumas páginas para que enfim me assalte o rosto do meu irmão, para que enfim me surpreenda o que eu já esperava.

Julián Fuks

(Extraído de: A resistência. São Paulo: Companhia das Letras, 2015)

1. “Isto não é uma história. Isto é história.” (1º parágrafo)

No primeiro parágrafo, a palavra “uma” é omitida na segunda frase.

O uso e a omissão do artigo, em sequência, configuram um recurso linguístico que destaca o seguinte aspecto da narrativa:

- A) descrição generalista da personagem materna
- B) relação entre distância cronológica e geográfica
- C) trabalho ficcional sobre as recordações familiares
- D) tensão entre objetos pessoais e móveis domésticos

2. No segundo parágrafo, o narrador indica que há uma expectativa em sua busca.

Em relação a essa expectativa, é possível reconhecer um sentimento de:

- A) incredulidade
- B) imparcialidade
- C) insatisfação
- D) indiferença

3. “(...) quase tudo o que tenho ao meu dispor é a memória, noções fugazes de dias tão remotos, impressões anteriores à consciência e à linguagem, resquícios indigentes (...)” (2º parágrafo)

No trecho, o emprego da vírgula marca uma sequência encadeada pelo seguinte motivo:

- A) formulação de expressões equivalentes
- B) introdução de estruturas comparativas
- C) indicação de consequências previsíveis
- D) atração de conteúdos contrapostos

4. No segundo parágrafo, a palavra “malversar” pode ser substituída, mantendo o sentido global da frase, por:

- A) ocultar
- B) indispor
- C) concentrar
- D) desperdiçar

5. “Não se depreenda desta observação desnecessária, ao menos por enquanto, a minha ingenuidade: sei bem que nenhum livro jamais poderá contemplar ser humano nenhum, jamais constituirá em papel e tinta sua existência feita de sangue e de carne”. (2º parágrafo)

Do ponto de vista da argumentação, a expressão introduzida pelos dois-pontos estabelece com o trecho anterior uma relação de:

- A) generalização
- B) comparação
- C) explicação
- D) concessão

6. Um verbo encontra-se vinculado a seu complemento diretamente, sem a presença de uma preposição, em:

- A) “tratar de acessá-las implicará sempre novas falácias”
- B) “Neste apartamento de Buenos Aires ninguém mora”
- C) “parto por este apartamento à procura de rastros do meu irmão”
- D) “Não estou em sua casa, a casa dos meus pais”

TEXTO II

Arte e cirurgia estética

A prática da cirurgia estética, tal como vem sendo intensamente exercida na cultura contemporânea, visa a adequar um corpo aos valores exaltados pela cultura. Esta constrói, assim, um lugar estético previamente definido e exalta-o como norma; os que não estiverem adequados a essa construção são marginalizados, estão à margem, isto é, fora do lugar. A experiência subjetiva – negativa – que provocará a demanda pela cirurgia estética é portanto a experiência de uma atopia, de um estar fora do lugar, de um não ter lugar. A cirurgia estética então aparece como o instrumento que a cultura disponibiliza para que as pessoas tornem-se adequadas ao lugar, ponham fim à sensação existencialmente desconfortável da atopia.

TEXTO II (Continuação)

Curiosamente, a precondição subjetiva para uma experiência de arte é muitas vezes também a experiência negativa da atopia. Os caminhos da arte e da cirurgia estética se originam na mesma encruzilhada – seus destinos entretanto serão radicalmente diferentes. O que é a experiência da atopia? A criança que tem problemas de saúde e cuja debilidade a impossibilita de participar, normalmente, das atividades corriqueiras das demais crianças, impedindo-a assim de pertencer a um grupo. É o caso do grande pianista Nelson Freire, tal como nos conta o documentário de João Moreira Salles. A saúde frágil cria um pequeno exílio, um outro lugar que, contudo, não pode ainda ser experimentado como lugar: não há nada nele, ele se define apenas negativamente – pela impossibilidade, pelo vazio, pela ausência, por não ser o “verdadeiro” lugar, isto é, o lugar do grupo, da aceitação, da norma.

E onde está a arte nisso tudo? A arte é exatamente o meio pelo qual, na encruzilhada da atopia, preenche-se o vazio do isolamento dando-lhe um conteúdo e fazendo dele, assim, um espaço – um lugar. A arte é o meio pelo qual o sujeito nomeia a si e ao mundo de uma outra forma. Essa renomeação cria um lugar, na medida em que um mundo renomeado é imediatamente um mundo revalorado. Isso reconfigura todo o espaço, pois é uma determinada estrutura de valoração, normativa, que condena a diferença à atopia.

Francisco Bosco

(Extraído e adaptado de: Banalogias. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007)

7. De acordo com o ponto de vista manifestado no primeiro parágrafo, a demanda por cirurgia estética é caracterizada por:

- A) atitude de contestação à cultura
- B) projeto de adequação a padrões
- C) consciência de experimentação inovadora
- D) valorização de comportamentos singulares

8. A visão construída em torno da arte, no texto, considera sua função de:

- A) impedir a socialização de sujeitos diferentes
- B) possibilitar o aparecimento de novos valores
- C) impor uma dinâmica de isolamento dos artistas
- D) favorecer um comportamento de ocupação dos espaços

9. “Os caminhos da arte e da cirurgia estética se originam na mesma encruzilhada – seus destinos entretanto serão radicalmente diferentes”

A relação entre duas partes da frase acima, delimitadas pelo emprego do travessão, pode ser descrita pelo seguinte par de palavras:

- A) causa/consequência
- B) ponderação/explicação
- C) abstração/especificação
- D) convergência/divergência

10. No segundo parágrafo, a definição de atopia é formulada por meio da seguinte estratégia:

- A) apresentação de exemplos
- B) informação subentendida
- C) contextualização histórica
- D) descrição de personagem

RACIOCÍNIO LÓGICO

11. “Com a colaboração de comerciantes locais e da prefeitura municipal, o Presídio de Nepomuceno, no Sul de Minas, iniciou, na segunda quinzena de novembro, a fabricação de blocos de concreto.”

(FONTE: <http://www.seguranca.mg.gov.br/S.Acesso> em 02/12/2021)

Considera-se que, na tabela a seguir, esteja registrado o número de unidades de blocos de concreto que deverá ser produzido nos seis primeiros meses de 2022.

Mês	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho
Produção em unidades	1600	1636	1664	1700	1744	1796

Nesse planejamento, a quantidade a ser produzida em cada mês segue um determinado padrão. Se este padrão for mantido até o mês de dezembro de 2022, em outubro será produzida a seguinte quantidade de unidades de blocos de concreto:

- A) 1964
- B) 2000
- C) 2084
- D) 2176

12. No controle de entrada e saída de pessoas em uma penitenciária, verificou-se em certa semana que o número de visitantes na segunda-feira correspondeu a $\frac{3}{4}$ do número de visitantes da terça-feira e este correspondeu a $\frac{2}{3}$ do da quarta-feira. Na quinta e na sexta-feira houve igual número de visitantes, cada um deles igual ao triplo do número de segunda-feira.

Se nessa semana, de segunda a sexta-feira, o total de visitantes foi de 620 pessoas, o total de visitantes somente na quinta-feira foi igual a:

- A) 180
- B) 120
- C) 80
- D) 60

13. Após João acrescentar x litros de água em N litros de uma mistura contendo apenas água e suco de laranja, o percentual de suco de laranja na mistura passou de 20% para 15%. O valor de N , em litros, corresponde a:

- A) $2x$
- B) $3x$
- C) $4x$
- D) $5x$

14. Considerando-se a proposição: “Se Gabriel não anda em campo ou Bruno corre sem a bola, então Everton faz o lançamento”, uma proposição logicamente equivalente a essa é a seguinte:

- A) Se Everton faz o lançamento, então Gabriel não anda em campo ou Bruno corre sem a bola.
- B) Se Everton não faz o lançamento, então Gabriel anda em campo ou Bruno não corre sem a bola.
- C) Se Everton faz o lançamento, então Gabriel não anda em campo e Bruno corre sem a bola.
- D) Se Everton não faz o lançamento, então Gabriel anda em campo e Bruno não corre sem a bola.

15. A respeito de um grupo formado por 610 agentes penitenciários é verdade que:

- 107 agentes são doadores de sangue, não usam óculos e não nasceram em Minas Gerais;
- 55 agentes usam óculos, não são doadores de sangue e não nasceram em Minas Gerais;
- 52 agentes nasceram em Minas Gerais, não são doadores e não usam óculos;
- 140 agentes são doadores de sangue e usam óculos;
- 158 agentes são doadores de sangue e nasceram em Minas Gerais;
- 173 agentes usam óculos e nasceram em Minas Gerais;
- 75 agentes não são doadores de sangue, não usam óculos e não nasceram em Minas Gerais.

Com base nos dados acima, conclui-se corretamente que a soma dos algarismos do número de agentes penitenciários doadores de sangue que usam óculos e nasceram em Minas Gerais é igual a:

- A) 10
- B) 11
- C) 12
- D) 13

INFORMÁTICA BÁSICA

16. No que diz respeito ao sistema operacional Windows®, versão 10, instalado no idioma Português do Brasil, um ícone, localizado na Área de Notificação, tem uma finalidade específica. O ícone e a finalidade descrita ao seu lado são, respectivamente:

- A)  e acessar e ocultar a janela do Painel de Controle
- B)  e remover tudo que esteja armazenado na pasta
- C)  e remover o *hardware* e ejetar mídia com segurança
- D)  e acessar e ocultar a janela do Painel de Controle

17. No que diz respeito à internet, são caracterizados conceitos e recursos a seguir.

- I. Existe um termo que define um tipo de rede de computadores utilizado para comunicação interna da equipe de uma corporação. Ao acessar essa rede, os funcionários recebem comunicados, trocam informações com outros departamentos e consultam dados necessários para o desempenho de suas atividades.
- II. O tipo de acesso a *sites* é feito por *softwares* com o Google Chrome, o Firefox Mozilla e o Edge.

Nessas condições, o termo referenciado em I e o tipo de *software* referenciado em II são, respectivamente:

- A) intranet, navegador
- B) internet, utilitário
- C) intranet, sistema operacional
- D) internet, aplicativo

18. No uso dos recursos do processador de textos Word do pacote MS Office 2019, instalado no idioma Português do Brasil, um funcionário da SEJUSP realizou os procedimentos descritos a seguir, após a digitação de um texto, inicialmente com alinhamento justificado.

- I. Aplicou um triplo clique em uma posição dentro do primeiro parágrafo do texto digitado.
- II. Posicionou o cursor em uma palavra no segundo parágrafo e aplicou um duplo clique nessa palavra.

Os procedimentos elaborados pelo funcionário em I e II são, respectivamente:

- A) selecionou o parágrafo inteiro; selecionou a palavra inteira
- B) selecionou a palavra na posição do cursor; selecionou o parágrafo inteiro
- C) centralizou o parágrafo inteiro; selecionou a palavra inteira
- D) mudou o formato do parágrafo para duas colunas; excluiu a palavra inteira

19. A planilha da figura abaixo foi criada no Excel do pacote MS Office 2019, instalado no idioma Português do Brasil, tendo sido realizados os procedimentos:

- I. Nas células F7, F8, F9, F10 e F11, foram inseridas expressões usando uma função para determinar o menor valor entre as cotações dos fornecedores indicadas nas colunas C, D e E.
- II. Nas células G7, G8, G9, G10 e G11, foram inseridas expressões usando a função SE para mostrar o fornecedor que venceu a licitação para o item considerado, com base na menor cotação.

	A	B	C	D	E	F	G			
1						LICITAÇÃO 2022				
2										
3										
4										
5				FORNECEDORES - VALOR UNITÁRIO			MENOR			
6	#	ITEM	MG1	MG2	MG3	COTAÇÃO	↓			
7	1	NOTEBOOK	R\$ 5.000,00	R\$ 4.999,00	R\$ 4.897,00	R\$ 4.897,00	MG3			
8	2	SSD 240 GB	R\$ 199,00	R\$ 203,00	R\$ 200,00	R\$ 199,00	MG1			
9	3	PENDRIVE 32 GB	R\$ 39,00	R\$ 37,00	R\$ 38,00	R\$ 37,00	MG2			
10	4	MULTIFUNCIONAL	R\$ 1.299,00	R\$ 13.001,00	R\$ 1.300,00	R\$ 1.299,00	MG1			
11	5	SCANNER	R\$ 1.999,00	R\$ 1.993,00	R\$ 1.990,00	R\$ 1.990,00	MG3			
12										
13	Obs:									
14	(1) Células de G7 a G11 fazem referência ao fornecedor que venceu o item da licitação.									

Nessas condições, as expressões inseridas nas células G9 e F11 são, respectivamente:

- A) =SE(F9=C9;&C&6;SE(F9=D9;&D&6;&E&6)) e =MENOR(C11:E11)
- B) =SE(F9=C9;\$C\$6;SE(F9=D9;\$D\$6;\$E\$6)) e =MENOR(C11:E11)
- C) =SE(F9=C9;&C&6;SE(F9=D9;&D&6;&E&6)) e =MINIMOA(C11:E11)
- D) =SE(F9=C9;\$C\$6;SE(F9=D9;\$D\$6;\$E\$6)) e =MINIMOA(C11:E11)

20. No que diz respeito ao *Powerpoint* do pacote MS Office 2019, instalado no idioma Português do Brasil, duas características são pertinentes ao uso deste *software*.

- I. Por padrão (*default*), as apresentações salvas na opção "Salvar" neste *software* no formato "Apresentação do *Powerpoint*" geram arquivos cujos nomes possuem uma extensão específica.
- II. Existe um recurso que concentra todas as características da apresentação em um *slide*, tais como fontes, estilos, animações, possibilitando que o usuário herde essas características de aparência para todos os *slides* da sua apresentação.

A extensão e o nome desse recurso são, respectivamente:

- A) ppt; guias
- B) odp; classificação de *slides*
- C) sldx; ajustar à janela
- D) pptx; *slide* mestre

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E PENAL

21. Acerca do direito à vida, previsto na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- A) há vedação absoluta à pena de morte em nosso ordenamento jurídico
- B) os crimes culposos contra a vida são julgados perante o tribunal do júri
- C) a criança e o adolescente têm absoluta prioridade ao direito à vida
- D) a interrupção do processo gestacional de fetos anencéfalos foi proibida pelo Supremo Tribunal Federal

22. Antônio teve crédito negado perante um estabelecimento comercial, sob a justificativa de que seu nome estava inserido no Serviço de Proteção ao Crédito. Ao pedir certidão, constatou que existia restrição equivocadamente atribuída ao seu nome. A instituição negou-se a retificar o seu cadastro. O remédio constitucional apto a amparar o seu direito é:

- A) o *habeas data*
- B) o mandado de segurança
- C) o *habeas corpus*
- D) a ação popular

23. João, brasileiro, 66 anos de idade, analfabeto, aposentado, e seu neto, Rodrigo, brasileiro, 17 anos de idade, aluno do ensino médio, estudam sobre pré-candidatos aos cargos de Senador da República e Deputado Federal. André, brasileiro, 43 anos, engenheiro, pretende se candidatar ao cargo de Senador e Bernardo, espanhol, 22 anos, advogado, para o de Deputado Federal. Diante disso, no tocante à capacidade eleitoral ativa e passiva, é correto afirmar que:

- A) o voto para João é obrigatório
- B) Bernardo não pode se candidatar ao cargo de Deputado Federal
- C) Rodrigo tem idade obrigatória para votar
- D) André não tem condições de se candidatar ao cargo de Senador

24. A propriedade é direito fundamental e permite o uso, o gozo e a fruição da coisa pelo seu titular. Entretanto, existem hipóteses de limitação. Dentre as assertivas abaixo, aquela que tem amparo constitucional é:

- A) O direito de propriedade se sobrepõe aos demais direitos constitucionais em observância à sua função social.
- B) A requisição de bem particular não é ato autoexecutável da autoridade administrativa competente.
- C) As glebas em que há cultura de plantas psicotrópicas podem ser expropriadas sem direito à indenização.
- D) A desapropriação pressupõe indenização posterior.

25. O detento André foi processado e julgado criminalmente sob a alegação de ter causado dano ao patrimônio público. Durante o curso do processo, o promotor de justiça juntou aos autos prova documental da qual o juízo criminal não deu ciência à defesa antes da prolação da sentença. Nesse caso, o princípio violado foi:

- A) do juiz natural
- B) do direito de permanecer em silêncio
- C) da presunção de não culpabilidade
- D) do contraditório

26. Quincas é policial penal e amigo de Vanda, advogada do apenado Martim, o qual cumpre pena privativa de liberdade no mesmo estabelecimento em que trabalha Quincas. Cedendo a pedido de Vanda, a fim de beneficiar Martim, Quincas pratica indevidamente um ato de ofício. Nesse contexto, é correto afirmar que Quincas praticou crime de:

- A) corrupção passiva privilegiada
- B) prevaricação
- C) advocacia administrativa
- D) tráfico de influência

27. No REsp 672.225-RS, julgado em 07.08.2008, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça julgou o caso de uma contadora, que recebeu de uma cliente a quantia de R\$ 500,00 para quitar contribuições em atraso junto ao INSS e protocolar pedido administrativo para a concessão de auxílio-doença, não fazendo nem uma coisa, nem outra. Denunciada por apropriação indébita majorada pelo Ministério Público, a contadora foi absolvida pelo Tribunal de Justiça. A absolvição foi confirmada pelo STJ. Em seu voto-vista, o Ministro Nilson Naves sustentou que "as relações aqui descritas bem podem ser resolvidas na esfera cível (...)" (Fonte Informativo STJ nº 0362)

A decisão do STJ, tal como descrita, é amparada no princípio da:

- A) legalidade
- B) culpabilidade
- C) insignificância
- D) subsidiariedade

28. Caique, comerciante, adultera em sua casa uma carteira profissional de advogado, expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a fim de visitar seu primo Clóvis, que está preso. Para tanto, substitui dados do documento original, trocando o nome ali regularmente grafado pelo seu. Chegando ao presídio, ao sair do carro, deixa a carteira acidentalmente cair de seu bolso, perdendo-a. O documento é encontrado pelo policial penal César que, a fim de devolvê-lo ao proprietário, consulta o número de inscrição do suposto advogado em bases de dados, descobrindo que aquela inscrição é pertencente a outrem. Considerando o caso concreto, é correto afirmar que Caique praticou crime de:

- A) falsificação material de documento público
- B) falsificação material de documento particular
- C) falsidade ideológica sobre documento público
- D) falsidade ideológica sobre documento particular

29. Maristela, integrante do Conselho Penitenciário, é espancada por Roberval, parente de um detento, em virtude da função pública por ela exercida. No evento, a vítima perde a visão de um dos olhos, mantendo-se íntegra a visão do outro. É correto afirmar que Roberval praticou crime de:

- A) lesão corporal grave
- B) lesão corporal gravíssima
- C) lesão corporal grave majorada
- D) lesão corporal gravíssima majorada

30. Tibúrcio, funcionário público, usa documentos falsos com a exclusiva finalidade de desviar para si verbas públicas, das quais tinha a posse em razão do cargo. É correto falar que Tibúrcio praticou:

- A) crime de estelionato
- B) crime de peculato
- C) crimes de estelionato e uso de documento falso
- D) crimes de peculato e uso de documento falso

DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

31. “Em pleno século 21, há notícias de resgate de trabalhadores que se sujeitam a trabalhos forçados e condições degradantes em razão da precariedade da situação econômica e social que alcança esse grupo de trabalhadores.”

(Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2021/10/07/resgates-de-escravizados-ja-batem-os-de-2020-e-ganham-a-cara-da-pandemia.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 29/11/2021).

Nesse passo, os países signatários da Declaração Universal dos Direitos Humanos - Resolução 217- A (III), da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1948, ao permitirem a sujeição do ser humano a trabalhos forçados e condições degradantes:

- A) contrariam regras e/ou recomendações previstas na respectiva Declaração
- B) não contrariam regras e/ou recomendações previstas na respectiva Declaração pela ausência da totalidade de anuência dos países membros signatários desse documento
- C) podem contrariar regras e/ou recomendações previstas na respectiva Declaração no caso de declaração de guerra envolvendo os países membros signatários desse documento
- D) não contrariam regras e/ou recomendações previstas na respectiva Declaração em razão da vigência temporária dessa Declaração limitada ao período do pós-guerra

32. À luz das Regras Mínimas da ONU para o Tratamento de Pessoas Presas para os países delas signatários, os estabelecimentos prisionais, com base nas diferentes categorias de presos, sempre que possível, devem assegurar a permanência de:

- A) homens e mulheres detidos em unidades conjuntas com compartilhamento de recintos em comum
- B) presos preventivos juntos com os presos condenados
- C) indivíduos presos por dívidas junto com indivíduos presos por infrações criminais
- D) jovens presos separados dos adultos

33. Um princípio básico contido nas regras de aplicação geral relativas às Regras Mínimas da ONU para o Tratamento de Pessoas Presas, conhecidas como Regras de Mandela para os países delas signatários, é no sentido de que os “objetivos de uma sentença de encarceramento ou de medida similar restritiva de liberdade são, prioritariamente, de proteger a sociedade contra a criminalidade e de reduzir a reincidência”.

Tais propósitos podem ser viabilizados se o período de encarceramento for utilizado para assegurar a reintegração de tais indivíduos à sociedade após sua soltura a fim de que possam levar uma vida autossuficiente, com respeito às leis. Para tanto, as administrações prisionais e demais autoridades competentes, na medida do possível, com base nessas Regras de Mandela, devem oferecer:

- A) formação profissional e trabalho por meio de programas em consonância com as necessidades individuais de tratamento dos presos
- B) formação profissional e trabalho por meio de programas em consonância com as necessidades coletivas de tratamento dos presos
- C) formação profissional e trabalho por meio de programas em consonância com a opinião política e a origem nacional ou social dos presos
- D) formação profissional e trabalho por meio de programas em consonância com as crenças religiosas e os preceitos morais dos presos

34. “O Observatório Sírio para os Direitos Humanos, um grupo de monitoramento com base no Reino Unido e uma rede de fontes na Síria, registrou a morte de 387.118 pessoas até dezembro de 2020, entre elas 116.911 civis.

O número de mortos não incluiu as 205.300 pessoas que estavam desaparecidas e presumidamente mortas, entre eles 88 mil civis que teriam morrido em prisões administradas pelo governo onde se praticava entre eles tortura.”

(Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56378202> - adaptado)

Com relação aos países membros signatários da Declaração Universal dos Direitos Humanos - Resolução 217- A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1948, a prática de tortura, de penas ou de tratamentos degradantes em seres humanos, com base nas regras e/ou recomendações contidas nessa Declaração, é:

- A) vedada em qualquer hipótese
- B) permitida apenas na hipótese de guerra civil
- C) permitida apenas na hipótese de calamidade pública
- D) permitida apenas na hipótese de mudança de regime político

35. No Brasil, a “Garantia dos direitos das vítimas de crimes e de proteção das pessoas ameaçadas” é uma das diretrizes previstas no Programa Nacional de Direitos Humanos, instituído pelo Decreto nº 7.037/2009, vinculada ao eixo orientador relativo a:

- A) Interação Democrática entre Estado e Sociedade Civil
- B) Desenvolvimento e Direitos Humanos
- C) Saúde e Previdência Social
- D) Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência

36. O fortalecimento dos princípios da democracia e dos direitos humanos nos sistemas de educação básica, nas instituições de ensino superior e nas instituições formadoras configuram uma das diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos (Decreto nº 7.037/2009), a ser implementado de acordo com a seguinte orientação voltada:

- A) ao Direito a Memória e Verdade
- B) a Educação e Cultura em Direitos Humanos
- C) à universalização dos direitos em um contexto de desigualdades
- D) à interação comunitária entre Estado e sociedade civil

37. Ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, de acordo com a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, no exercício de suas atividades, em âmbito federal ou estadual, incumbe:

- A) estimular e promover a pesquisa criminológica
- B) elaborar projeto de lei relativo ao plano plurianual e diretrizes orçamentárias
- C) estabelecer regras sobre a arquitetura e construção para os estabelecimentos urbanos localizados em distritos remotos de estabelecimentos penais
- D) promover a avaliação periódica do sistema de assistência social para a sua adequação às necessidades do país

38. À luz da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, o Conselho Penitenciário será integrado por membros nomeados pelo:

- A) Governador do Estado, do Distrito Federal e dos Territórios, dentre exclusivamente advogados da área do Direito Civil ou Penal, Processual Civil ou Penal, bem como por representantes da comunidade
- B) Governador do Estado, do Distrito Federal e dos Territórios, dentre exclusivamente professores universitários da área do Direito Civil, Processual Civil e Penitenciário, bem como por representantes da comunidade
- C) Governador do Estado, do Distrito Federal e dos Territórios, dentre professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas, bem como por representantes da comunidade
- D) Governador do Estado, do Distrito Federal e dos Territórios, dentre exclusivamente advogados da área do Direito Civil, Trabalhista e Penal, bem como por representantes da comunidade

39. Aos Conselhos da Comunidade, de acordo com a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, incumbe:

- A) visitar semestralmente os estabelecimentos e serviços penais da comarca
- B) deixar de cooperar com a comunidade na conservação e na manutenção da cadeia pública local
- C) afastar o sentenciado de se integrar ao mercado de trabalho, com auxílio da comunidade, para segurança da sociedade
- D) diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado, em harmonia com a direção do estabelecimento

40. Ao inspecionar estabelecimentos e serviços penais, o Conselho Penitenciário, de acordo com a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, atua como órgão:

- A) julgador da sentença penal
- B) fiscalizador da execução da pena
- C) revogador das medidas de segurança
- D) financeiro da Procuradoria Geral da República

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

41. Em relação ao processo administrativo disciplinar dos servidores públicos, de acordo com o Estatuto dos Funcionários Civis do Estado de Minas Gerais (Lei Estadual nº 869, de 05 de julho de 1952), está correta a seguinte afirmativa:

- A) Será realizado por uma comissão designada pela autoridade que houver determinado a sua instauração e composta de três funcionários, podendo um ser portador de cargo comissionado e dois servidores estáveis.
- B) O recurso de revisão jamais será intempestivo pelo simples fato de que, a qualquer tempo, poderá ser impetrado, não havendo decurso do lapso temporal para a sua utilização, podendo ser postulado pela esposa ou companheira no caso de o servidor ter falecido.
- C) Se a conduta do servidor lesar os cofres públicos ou delapidar o patrimônio do Estado, será incabível a aplicação da pena de demissão, a bem do serviço, contanto que o servidor restitua os danos causados ao erário.
- D) O procedimento doloso que prejudicar a Fazenda Estadual ou terceiro resultará em responsabilidade civil e os atos ou omissões praticadas no desempenho do cargo ou função em responsabilidade penal.

42. José Carlos, policial penal da ativa, possui uma arma de uso permitido, alegando que a referida arma é imprescindível para sua proteção pessoal, bem como de sua própria família. Acontece que José suprimiu a numeração da arma e realizou modificações nesta, com o propósito de maximizar o seu potencial lesivo, tornando-a ainda mais letal. Enquanto transitava na Avenida Borges de Jandira, foi abordado por policiais militares que identificaram um “volume” na sua cintura, tendo as autoridades constatado, no local, que o agente não tem o respectivo porte e que a arma de fogo estava com a numeração suprimida e com as aludidas modificações. Dessa forma, segundo o Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), José Carlos deverá responder pelo crime de:

- A) conduta equiparada à posse irregular de arma de fogo de uso permitido
- B) conduta equiparada ao porte ilegal de arma de fogo de uso permitido
- C) conduta equiparada à posse ou porte de arma de fogo de uso restrito
- D) conduta equiparada à posse ou porte de arma de fogo de uso proibido

43. Segundo o que consta na Lei de Drogas e suas alterações (Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006), acerca do tratamento do usuário de drogas, pode-se afirmar:

- A) Em caso de internação voluntária de dependente de drogas, a família ou o representante legal poderá requerer ao médico a interrupção do tratamento a qualquer tempo.
- B) O tratamento do usuário ou dependente de drogas deverá ser ordenado em uma rede de atenção à saúde, com prioridade para as formas de internação em unidades de saúde e hospitais gerais, incluindo excepcionalmente modalidades de tratamento ambulatorial.
- C) A internação de dependentes de drogas somente será realizada em unidades de saúde ou hospitais gerais, dotados de equipes multidisciplinares, sendo vedada nas comunidades terapêuticas acolhedoras.
- D) A internação involuntária do dependente de drogas só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.

44. No que tange aos direitos e deveres do preso, de acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984), considera-se correta a afirmativa:

- A) Distribuir proporcionalmente o tempo entre trabalho, descanso e recreação é um dever do preso.
- B) Ao preso, é garantido o direito de representação e petição a qualquer autoridade e assistência jurídica.
- C) A higiene pessoal, o asseio da cela ou do alojamento e a conservação dos objetos de uso pessoal são direitos do condenado.
- D) Opor-se aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina é um direito do condenado.

45. A respeito da carreira de policial penal, a Lei Estadual nº 14.695, de 30 de julho de 2003, estabelece que:

- A) O cargo de Agente de Segurança Penitenciário é exercido em regime de dedicação exclusiva e, por necessidade do serviço, seu ocupante pode ser convocado a qualquer momento.
- B) A avaliação de desempenho para fins de promoção será realizada com base em quatro critérios, quais sejam, qualidade do trabalho, produtividade no trabalho, assiduidade e pontualidade.
- C) A carreira de Agente de Segurança Penitenciário integra o Grupo de Atividades de Defesa Social do Poder Judiciário.
- D) A promoção na carreira de Agente de Segurança Penitenciário ocorre a cada dois anos, desde que o servidor não tenha sofrido punição disciplinar no período.

46. Carlos, brasileiro, está preso nos Estados Unidos pela prática de um crime em solo americano. Por ser negro, é submetido a grave sofrimento mental – mas não a sofrimento físico – imposto por funcionários da penitenciária americana na qual se encontra custodiado. Nesse contexto, é correto afirmar que o comportamento praticado pelos funcionários da penitenciária configura – pela lei brasileira – crime de:

- A) tortura, que não poderá ser julgado no Brasil
- B) tortura, que poderá ser julgado no Brasil
- C) abuso de autoridade, que não poderá ser julgado no Brasil
- D) abuso de autoridade, que poderá ser julgado no Brasil

47. De acordo com a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, em relação aos sujeitos do crime de abuso de autoridade, é correto afirmar:

- A) O sujeito ativo do crime de abuso de autoridade é todo agente público que exerça mandato, cargo, emprego ou função pública, em caráter permanente e remunerado.
- B) A inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de cinco a dez anos é uma das penas restritivas de direitos a quem comete crime de abuso de autoridade.
- C) Membros do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário são sujeitos ativos do crime de abuso de autoridade e podem perder cargo, mandato e função pública como efeito da condenação desde que reincidentes em crime de abuso de autoridade.
- D) A suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de um a dois anos, com a perda dos vencimentos e vantagens, é um dos efeitos da condenação por crime de abuso de autoridade.

48. Acerca dos crimes de abuso de autoridade, a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, em seu artigo 18, dispõe que:

- A) Submeter o preso a interrogatório policial durante o período de repouso noturno, salvo se capturado em flagrante delito ou se ele, devidamente assistido, consentir em prestar declarações, é crime, com pena de seis meses a dois anos de detenção e multa.
- B) É aplicada pena de detenção de um a quatro anos ao agente que mantiver presos de ambos os sexos na mesma cela, e o dobro da pena àquele que mantiver criança ou adolescente em ambiente inadequado ou na companhia de maior de idade.
- C) Imputa-se pena de detenção de seis meses a dois anos e multa a quem não se identifica ao preso, seja durante sua captura, detenção ou prisão, e o dobro àquele que atribuir a si mesmo falsa identidade, cargo ou função.
- D) Impedir, sem justa causa, a entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado gera pena de detenção de um a quatro anos e multa e, na mesma pena, incorrerá o magistrado que, ciente do impedimento ou demora, deixar de tomar providências.

49. No tocante aos crimes de tortura previstos na Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, é correto afirmar que:

- A) o início do cumprimento da pena será em regime fechado para o agente que se omitir em face do sofrimento físico e mental de pessoa presa provocado por outrem, quando tinha o dever de evitá-lo ou apurá-lo
- B) o crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia e sua pena é reclusão de quatro a dez anos
- C) haverá aumento de pena em um sexto até um terço se o crime for cometido mediante sequestro
- D) a condenação pelo crime de tortura acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pela metade do prazo da pena aplicada

50. Com base na Lei nº 13.675/2018, responsável pela organização e funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e do Sistema Único de Segurança Pública, são, respectivamente, um princípio e um objetivo da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS):

- A) promoção da participação social nos Conselhos de segurança pública; proteção da vida, do patrimônio e do meio ambiente
- B) atendimento imediato ao cidadão; eficiência na repressão e na apuração das infrações penais
- C) integração entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário no aprimoramento e na aplicação da legislação penal; fomento de políticas públicas voltadas à reinserção social dos egressos do sistema prisional
- D) uso comedido e proporcional da força; fomento de ações permanentes para o combate ao crime organizado e à corrupção

51. Novakovic é Contador, com mestrado em Auditoria Interna e ocupa gerência de controle da sociedade empresária YU, que tem participação de sócios estrangeiros, embora minoritários. Após procedimento regular de fiscalização, a sociedade vem a ser acusada de prática de atos ilícitos vinculados à corrupção. Houve a apresentação da regular defesa. Nos termos da Lei nº 12.846/2013, será levada em consideração, na aplicação das sanções, a existência de mecanismos e procedimentos internos de:

- A) mercado
- B) divulgação
- C) integridade
- D) justificção

52. Teco é fazendeiro e possui propriedades rurais em diversas localidades, necessitando de amparar sua família com tudo o que conseguir obter da natureza. Nos termos da Lei nº 10.826/2003, aos residentes em áreas rurais, maiores de 25 (vinte e cinco) anos de idade, que comprovem depender do emprego de arma de fogo para prover a alimentação familiar, será concedido, pela Polícia Federal, o porte de arma de fogo na categoria:

- A) competidor um
- B) atirador amador
- C) voluntário parcial
- D) caçador para subsistência

53. Brás foi acusado de cometer ilícito vinculado ao transporte de drogas, constatado, na investigação, como sendo eventual. Apesar disso, foi condenado como integrante de organização criminosa. No recurso, o órgão revisor decidiu aplicar ao caso a minorante prevista na lei especial regente do tema.

Nos termos da Lei nº 11.343/2006, sendo o autor do delito primário, de bons antecedentes, não se dedicar a atividades criminosas nem pertencer a organização criminosa pode ser aplicada a minorante de tráfico:

- A) próprio
- B) privilegiado
- C) provisório
- D) especial

54. G.H. está encarcerado em presídio que possui diversas opções de trabalho como forma de resgatar parte da pena. Ocorre que o preso não deseja realizar qualquer atividade laborativa. Nos termos da Lei nº 7.210/84, o trabalho do preso é:

- A) um trabalho forçado
- B) uma faculdade
- C) uma defesa
- D) um dever

55. H.U. está preso, tendo sido beneficiado com o regime aberto após anos de cumprimento em regime fechado e semiaberto. Ele requer assistência social, jurídica e de saúde para sua família. Nos termos da Lei nº 7.210/84, o egresso possuidor de direito à assistência de várias naturezas deve ser:

- A) o liberado condicional desde a decisão judicial
- B) o liberado provisório durante o curso do processo
- C) o liberado definitivo, pelo prazo de um ano a contar da saída do estabelecimento
- D) o liberado por decisão administrativa, nos dias de festa

56. T.O.P. é dirigente de organização não governamental e participa da análise da situação dos presídios espalhados pelo Brasil. Sendo informado da constituição do Sistema Único de Segurança Pública, foi necessário ampliar o seu raio de atuação. Nos termos da Lei nº 13.675/2018, o acompanhamento público da atividade policial competirá a órgão que realizará o recebimento e tratamento de representações, elogios e sugestões de qualquer pessoa sobre as ações e atividades dos profissionais e membros integrantes do SUSP. Esse órgão é denominado:

- A) Ouvidoria
- B) Corregedoria
- C) Controladoria
- D) Monitoria

57. Ana faz parte de órgão que integra o Sistema Nacional de Informações e Gestão de Segurança Pública e Defesa Social. Nos termos do Decreto de Regulamentação nº 9.489/2018, o Sistema Nacional disporá, para a consecução de seus objetivos, do seguinte sistema, que atuará de forma integrada com outros:

- A) Rede Nacional de Estratégias em Segurança Pública
- B) Rede Nacional de Análises em Segurança Pública
- C) Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública
- D) Rede Nacional de Financiamento em Segurança Pública

58. Chris Nat é advogada e recebeu pedido para assessorar gratuitamente a família de determinado preso no sistema carcerário do Estado Y. Procurando obter o cumprimento justo da pena, estuda a legislação local com o intuito de verificar os requisitos necessários.

Nos termos da Lei Estadual de Minas Gerais nº 11.404, de 25 de Janeiro de 1994, serão realizados a classificação e o programa de tratamento do sentenciado de acordo com o:

- A) histórico criminal
- B) exame criminológico
- C) nível de escolaridade
- D) currículo social

59. Pedro deseja realizar concurso para a carreira de agente penitenciário e verifica que existem inúmeros requisitos, dentre os quais a aprovação em curso de formação técnico-profissional. Nos termos da Lei Estadual de Minas Gerais nº 14.695, de 30 de julho de 2003, a matrícula no referido curso depende, entre outros requisitos, da comprovação de temperamento adequado ao exercício das atividades inerentes à categoria funcional, apurado em exame:

- A) social
- B) físico
- C) psicotécnico
- D) escrito

60. Lago atua em penitenciária do estado M, sendo o responsável pelas transferências de presos.

Nos termos do Regulamento e Normas de Procedimentos do Sistema Prisional de Minas Gerais (ReNP), os documentos encaminhados, contendo solicitação de transferência de presos, deverão ser devidamente fundamentados em critérios objetivos, dentre os quais:

- A) saúde e indicação
- B) antiguidade e periculosidade
- C) localização e tempo de condenação
- D) regime de prisão e recomendação

PROVA DE REDAÇÃO

“A luta pelos direitos humanos abrange a luta por um estado de coisas em que todos possam ter acesso aos diferentes níveis da cultura. A distinção entre cultura popular e cultura erudita não deve servir para justificar e manter uma separação injusta, como se do ponto de vista cultural a sociedade fosse dividida em esferas incomunicáveis, dando lugar a dois tipos incomunicáveis de fruidores. Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito.”

Antonio Candido

(Adaptado: Vários escritos. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011)

Considerando os textos lidos nesta prova e o trecho acima, solicita-se que o(a) candidato(a) redija em, no mínimo, 20 linhas e, no máximo, 30 linhas, um texto dissertativo-argumentativo acerca do seguinte tema:

A arte pode exercer um papel importante na socialização e na promoção dos direitos humanos?

Orientações:

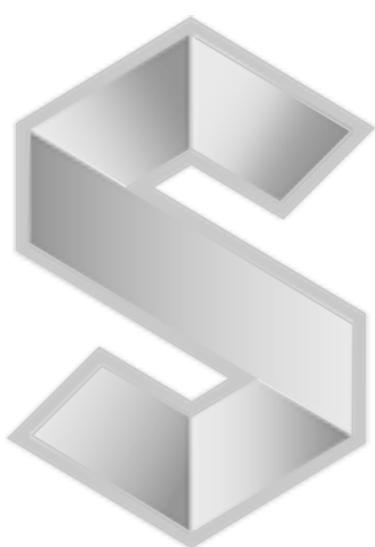
O(a) candidato(a) deverá seguir as seguintes orientações ao escrever seu texto:

1. Escrever com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
2. **NÃO** copiar trechos dos textos da prova ou de algum autor.
3. Empregar a norma culta padrão da Língua Portuguesa.
4. Escrever com letra **LEGÍVEL**.
5. **NÃO** pular linhas e **NÃO** dar espaçamento excessivo entre letras, palavras, parágrafos e margens.
6. Transcrever o rascunho para a folha da Prova de Redação, pois o rascunho **NÃO** será considerado para a correção.
7. A redação deverá ter no mínimo 20 linhas e no máximo 30 linhas.
8. **NÃO** assinar a folha da Prova de Redação, ou fazer qualquer escrita, sinal, desenho, marca ou símbolo que possibilite a identificação do(a) candidato(a).
9. Atentar-se ao tema e aos conhecimentos relacionados a este, bem como à tipologia solicitada (texto argumento-dissertativo).
10. **NÃO** utilizar códigos alheios à Língua Portuguesa escrita ou em idioma diverso.

RASCUNHO

RASSCUNHO

RASSCUNHO



elecon

Instituto Nacional de Seleções e Concursos